



CÓD: OP-039JL-23  
7908403539024

# **TJM-SP**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO**

Escrevente Técnico Judiciário

**CADERNO DE QUESTÕES**

## **Questões Gabaritadas**

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática.....	25
3. Raciocínio Lógico .....	33
4. Noções de Informática.....	39
5. Direito Penal .....	49
6. Direito Penal Militar.....	59
7. Direito Processual Penal .....	67
8. Direito Processual Penal Militar.....	79
9. Direito Processual Civil.....	83
10. Direito Constitucional .....	93
11. Constituição do Estado de São Paulo.....	107
12. Direito Administrativo.....	121
13. Redação oficial.....	137

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. VUNESP - AG (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/ZOONOSE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Preposição

Finalmente minhas férias estavam chegando e eu mal podia esperar: passagens compradas, **hotel reservado e as malas prontas para fazer uma das coisas que mais amo na vida**<sup>(a)</sup> – viajar sozinha.

Inicialmente, eu planejava fazer uma viagem com meu pai – com quem eu não viajava há décadas, desde a minha adolescência, salvo engano. Mas, as agendas não se encontraram, decidi ir sozinha mesmo e meu pai se planejou para fazer o mesmo em março do ano seguinte. Paciência, nossas férias juntos teriam que aguardar uma vez mais.

Faltava apenas uma semana para a tão aguardada viagem e a diretoria da instituição onde eu trabalhava me disse que um novo diretor iria chegar e queriam que eu postergasse minhas férias para dali a um ou dois meses, pois gostariam que eu o apoiasse em sua adaptação. Fiquei inconformada, mal-humorada. Afinal, eu nem me reportava à Diretoria Administrativa Financeira.

Disseram-me que eu não era obrigada, mas seria muito importante se eu pudesse fazer isso. Eu fiquei bastante tentada a responder que não – minhas férias eram inegociáveis. O fato é que as cancelei, mas não sem antes negociar **para que eu pudesse, então, gozar de meus dias de descanso imediatamente após o Carnaval**.<sup>(b)</sup> E assim aconteceu. Desfiz as malas, cancelei tudo e voltei a trabalhar.

Quando finalmente fevereiro trouxe o Carnaval para me animar, o que aconteceu foi exatamente o contrário. Minha prima, médica, que estava acompanhando meu pai em consultas e exames, **me chamou para um café e me contou (a contragosto dele) que o caso era grave e delicado**<sup>(c)</sup> e tudo indicava que se tratava de um tumor, tido como um dos mais agressivos.

No meu primeiro dia de férias, eu prontamente o levei para seu último exame. A confirmação do diagnóstico veio rápido e, com ela, **a corrida contra o tempo para agendar uma cirurgia e tentar retirar o tumor o mais rápido possível**.<sup>(d)</sup>

Nos dez dias de espera que antecederam sua internação, pudemos lembrar o passado, ver fotos, conversar sobre assuntos sérios, polêmicos, engraçados e amenos. Fiz massagem nos seus pés, fizemos planos para as próximas férias e ficamos em silêncio apenas, aproveitando o prazer de simplesmente estarmos juntos.

Nem que eu quisesse eu conseguiria ter planejado melhor essas férias – **as últimas que pude passar junto ao meu pai, viajando para dentro do coração, do afeto e da gratidão**.<sup>(e)</sup>

*(Natalia Moriyama. Um adiamento de férias me permitiu passar os últimos dias do meu pai ao seu lado. [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br), 02.10.2021. Adaptado)*

Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado tem ideia de direção.

- (A) ... hotel reservado e as malas prontas **para** fazer uma das coisas que mais amo na vida...
- (B) ... **para** que eu pudesse, então, gozar de meus dias de descanso imediatamente após o Carnaval.
- (C) ... me chamou **para** um café e me contou (a contragosto dele) que o caso era grave e delicado...
- (D) ... a corrida contra o tempo **para** agendar uma cirurgia e tentar retirar o tumor o mais rápido possível.
- (E) ... as últimas que pude passar junto ao meu pai, viajando **para** dentro do coração, do afeto e da gratidão.

## 2. VUNESP - AFT (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjunção

## Texto

*Contratempos do tempo*

As coisas que para nós se passam em câmera lenta, numa vida inteira, os Anjos as veem em ritmo acelerado. E com certeza mal contêm o riso, como nós agora diante dos primeiros jornais cinematográficos: **oh! aquelas paradas elétricas, aqueles enterros epiléticos, aqueles ministros, e reis, e povo, agitando-se automaticamente como bonecos a quem deram corda...** Não, assim não há grandeza e dignidade possível. Toda a epopeia napoleônica transcorrida, digamos, em um só quarto de hora, seria de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

E as nossas vidas então, já por si tão ridículas?

(Mário Quintana. *Da preguiça como método de trabalho*)

No trecho destacado do texto, as vírgulas e as conjunções “e” e da conjunção “como” estão empregadas, para

- (A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.
- (B) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de consequência e de comparação.
- (C) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de explicação e concessão.
- (D) realçar as ideias expressas em uma frase; estabelecer relação de consequência e conformidade.
- (E) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de adição e de concessão.

## 3. -VUNESP - PROF (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/ EDUCAÇÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjunção

## Texto

*Carolina Maria de Jesus: quem foi a escritora que denunciou a fome no país*

A intimidade com a fome e a discriminação sentida na pele deixaram marcas na obra de uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira. Mulher negra, mãe solo e moradora de uma comunidade pobre, Carolina Maria de Jesus nunca deixou de retratar em seus livros problemas sociais e de atribuir culpas a governantes do país já no início do século passado.

Sua voz ativa e atenta lhe conferiu relevância não apenas literária, mas também na política. Em um momento em que metade da população brasileira se encontra em

insegurança alimentar, Ecoa conta um pouco da história inspiradora dessa escritora mineira, nascida na cidade Sacramento em 14 de março de 1914.

A fome sempre aparece nos textos da escritora. O professor mineiro Warley de Souza, especialista em literatura, conta que o jornalista Audálio Dantas, que apresentou Carolina para o mundo, chegou a comentar sobre isso declarando, à época, que a fome aparecia nos textos com “uma frequência irritante”.

É que Carolina sentiu a fome na pele e levou seus desabaços e críticas aos governos para dentro de suas narrativas, demonstrando profunda consciência social. Criticou bastante o governo da época.

Carolina Maria de Jesus não se casou. Levou a vida com toda a independência, fazendo da literatura seu lugar de prazer e indignação. E assim viveu até 1977. A escritora morreu no dia 13 de fevereiro, no bairro de Parelheiros, na cidade de São Paulo.

(Ed Rodrigues. Em <https://www.uol.com.br/ecoa>, 08.11.2022. Adaptado)

Em relação às informações precedentes, o trecho que inicia o 4o parágrafo – É que Carolina sentiu a fome na pele e levou seus desabaços e críticas aos governos para dentro de suas narrativas... – serve-lhes como

- (A) digressão.
- (B) contraponto.
- (C) consequência.
- (D) justificativa.
- (E) conclusão.

## 4. VUNESP - ARQUEO (SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Colocação pronominal

Leia o texto para responder à questão.

*Esforço global*

Em Seul, na Coreia do Sul, as latas de lixo pesam automaticamente a quantidade de comida ali jogada. Em Londres, mercados pararam de colocar datas de validade em frutas e legumes para diminuir a confusão sobre o que ainda pode ser consumido. A Califórnia agora exige que os supermercados distribuam – e não joguem fora – produtos que não foram vendidos, mas que estão bons para o consumo.

# MATEMÁTICA

## MATEMÁTICA

1. VUNESP - Ag (Pref Jaguariúna)/Pref Jaguariúna/Serviços de Alimentação/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Larissa faz saquinhos de doces para vender. Ela guardou todos os saquinhos de doces que havia finalizado em uma caixa, mas se esqueceu de contá-los. Em vez de retirar todos os saquinhos de doces da caixa, Larissa resolveu pesá-la. Descontando o peso da caixa, o peso encontrado por Larissa foi de 21 kg. Cada saquinho de doces pesa 300 gramas. O total de saquinhos de doces que Larissa guardou nessa caixa foi

- (A) 80.
- (B) 70.
- (C) 60.
- (D) 50.

2. VUNESP - AUX (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/SAÚDE BUCAL/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

O dentista indicou a Gabriel o uso diário de 5 mL de um produto específico durante 7 dias. Gabriel comprou um frasco contendo 125 mL desse produto; após o tratamento, a quantidade que sobrou do produto na embalagem é igual a

- (A) 35 mL.
- (B) 80 mL.
- (C) 90 mL.
- (D) 113 mL.
- (E) 120 mL.

3. VUNESP - ELET (PREF SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em um depósito há 3 caixas, cada uma delas com 50 tomadas e outras 2 caixas, cada uma com 28 tomadas. Determinado dia foram vendidas 10 dessas tomadas e todas as restantes foram divididas em 3 caixas, sendo que duas ficaram com 70 tomadas cada uma e a terceira ficou com as tomadas que sobraram. O número de tomadas colocadas na terceira caixa foi

- (A) 72.
- (B) 68.
- (C) 64.
- (D) 60.
- (E) 56.

4. VUNESP - ELET (PREF SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Uma loja comprou uma caixa com 20 lâmpadas e pagou pela caixa R\$ 80,00. Cada lâmpada dessa caixa foi vendida por R\$ 11,00. Depois de vender todas as lâmpadas e descontar o valor pago pela caixa, o valor que restou para a loja foi

- (A) R\$ 140,00.
- (B) R\$ 160,00.
- (C) R\$ 180,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 220,00.

## 5. VUNESP - AG (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Matemática - Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

No estoque de uma loja há 30 caixas, cada uma delas com o mesmo número de frascos e todos serão etiquetados. Determinado dia foram etiquetados todos os frascos de 16 dessas caixas e metade dos frascos de cada uma das caixas restantes.

Se o número total de frascos etiquetados foi 276, o número dos que ainda precisam ser etiquetados é

- (A) 360.
- (B) 295.
- (C) 127.
- (D) 93.
- (E) 84.

6. VUNESP - GM (PREF PALMAS)/PREF PALMAS/2023  
Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Participaram de um concurso público 1200 candidatos, dos quais 30% foram aprovados. Entre os aprovados, alguns foram chamados imediatamente, e os demais ficaram na lista de espera. Se a razão do número de candidatos chamados imediatamente para o número de candidatos que ficaram na lista de espera foi  $\frac{2}{3}$ , o número de

candidatos que ficaram na lista de espera foi

- (A) 162.
- (B) 180.
- (C) 198.
- (D) 216.

## 7. VUNESP - AUX (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/SAÚDE BUCAL/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Num abrigo encontram-se para adoção 63 animais entre gatos e cães. A razão entre o número de gatos e o número de cães é de 4 para 5.

Quantos cães a mais do que gatos há nesse abrigo?

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

## 8. VUNESP - AUX (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/SAÚDE BUCAL/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Um restaurante fez a seguinte promoção:



Para comemorar seu aniversário de 65 anos, Jonas levou seu filho de 40 anos, sua nora de 38 anos e seus três netos de 6, 9 e 14 anos para almoçarem no restaurante com a promoção dada. A conta final ficou em R\$ 250,00.

O preço inteiro do almoço nesse restaurante é de

- (A) R\$ 40,00.
- (B) R\$ 48,00.
- (C) R\$ 55,00.
- (D) R\$ 60,00.
- (E) R\$ 65,00.

## 9. VUNESP - AG (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/ZOONOSE/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Uma pesquisa foi realizada com determinado número de pessoas e cada pessoa entrevistada tinha 10 questões para responder. Do número total de entrevistados,  $\frac{4}{9}$  responderam a todas as questões; entre os que não responderam todas as questões,  $\frac{2}{5}$  deixaram apenas uma questão sem responder e os demais 120 entrevistados deixaram de responder duas ou mais questões.

O número de entrevistados que responderam a todas as questões foi

- (A) 140.
- (B) 160.
- (C) 180.
- (D) 200.
- (E) 210.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### RACIOCÍNIO LÓGICO

#### 1. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Uma negação lógica para a afirmação “Sou feliz se, e somente se, você é feliz” está contida na alternativa:

- (A) Não sou feliz se, e somente se, você não é feliz.
- (B) Se eu não sou feliz, então você não é feliz.
- (C) Se você não é feliz, então eu não sou feliz.
- (D) Sou feliz e você não é feliz.
- (E) Ou eu sou feliz, ou você é feliz.

#### 2. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação: Se Júnior é auxiliar técnico de controle externo, então ele prestou um concurso.

Assinale a alternativa que contém uma correta negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Júnior é auxiliar técnico de controle externo e ele não prestou um concurso.
- (B) Se Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, então ele não prestou um concurso.
- (C) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, mas ele prestou um concurso.
- (D) Se Júnior não prestou um concurso, então ele não é auxiliar técnico de controle externo.
- (E) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo e não prestou um concurso.

#### 3. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Sabe-se que é falsa a seguinte afirmação: Se Nice realizou as pesquisas de preço, então Nico realizou a conferência de cálculos e Joe organizou as agendas.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) Nico não realizou a conferência de cálculos, e Joe não organizou as agendas.
- (B) Joe não organizou as agendas, ou Nice não realizou as pesquisas de preço.
- (C) Nice não realizou as pesquisas de preço, e Nico não realizou a conferência de cálculos.
- (D) Joe organizou as agendas, e Nice realizou as pesquisas de preço.
- (E) Nice realizou as pesquisas de preço, ou Nico realizou a conferência de cálculos.

#### 4. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação: Hélio é casado ou Luana é solteira.

Uma equivalência lógica para a proposição apresentada está contida na alternativa:

- (A) Se Hélio não é casado, então Luana é solteira.
- (B) Hélio e Luana são solteiros.
- (C) Se Hélio é solteiro, então Luana é casada.
- (D) Hélio e Luana são casados.
- (E) Se Hélio é casado, então Luana não é solteira.

5. VUNESP - ADM (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/REDE/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Uma afirmação logicamente equivalente à afirmação: 'Se você começa, então a repetição faz você continuar', está contida na afirmação

- (A) Se você não começa, então a repetição não faz você continuar.
- (B) Se a repetição não faz você continuar, então você não começa.
- (C) Você começa e a repetição faz você continuar.
- (D) Ou você começa ou a repetição faz você continuar.
- (E) Se a repetição faz você continuar, então você começa.

6. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Uma afirmação que corresponde a uma negação da lógica da afirmação:

'Se cada escultura é uma obra de arte, então a chuva é uma grande artista', é

- (A) Se a chuva não é uma grande artista, então cada escultura não é uma obra de arte.
- (B) Cada escultura é uma obra de arte ou a chuva é uma grande artista.
- (C) Cada escultura não é uma obra de arte ou a chuva não é uma grande artista.
- (D) Cada escultura é uma obra de arte, e a chuva não é uma grande artista.
- (E) Se cada escultura não é uma obra de arte, então a chuva não é uma grande artista.

7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Um pouco antes de entrarem para prestar a prova de um concurso, 5 pessoas fizeram afirmações que soaram um tanto parecidas.

Letícia afirmou: "Se o concurso é longo e é difícil, então os candidatos estudam." Pedro afirmou: "Se os candidatos estudam, então o concurso é longo e é difícil."

Mércia afirmou: "Se os candidatos não estudam, então o concurso não é longo e não é difícil." Célia afirmou: "Se o concurso não é longo ou não é difícil, então os candidatos não estudam." Rodrigo afirmou: "Se o concurso é longo ou é difícil, então os candidatos não estudam."

Duas dessas pessoas disseram afirmações logicamente equivalentes entre si. Essa dupla de pessoas é

- (A) Letícia e Rodrigo.
- (B) Rodrigo e Mércia.
- (C) Célia e Mércia.
- (D) Pedro e Mércia.
- (E) Pedro e Célia.

8. VUNESP - PTIC (UNICAMP)/UNICAMP/DESENHISTA DE PÁGINAS DA INTERNET (WEB DESIGNER)/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação:

Eu nasci em São Paulo e estudei em Campinas.

Uma negação lógica para a afirmação acima é

- (A) Eu não nasci em São Paulo e não estudei em Campinas.
- (B) Eu nasci em Campinas e estudei em São Paulo.
- (C) Eu não estudei em Campinas ou não nasci em São Paulo.
- (D) Eu não nasci em Campinas e não estudei em São Paulo.
- (E) Eu não estudei em São Paulo ou não nasci em Campinas.

9. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação:

Eu viajo nas férias ou estudo para o concurso.

Assinale a alternativa que apresenta uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Eu não estudo para o concurso e não viajo nas férias.
- (B) Eu não viajo nas férias ou não estudo para o concurso.
- (C) Eu não estudo para o concurso e viajo nas férias.
- (D) Eu não viajo nas férias ou estudo para o concurso.
- (E) Eu viajo nas férias e estudo para o concurso.

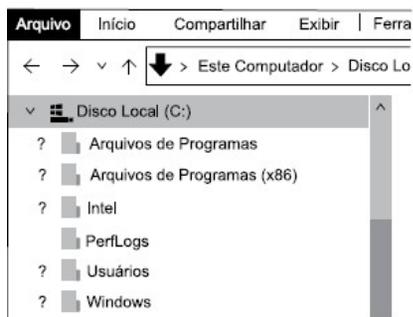
# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### 1. VUNESP - AFT (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

A imagem a seguir mostra o canto superior esquerdo da tela do programa Explorador de Arquivos, integrante do MS-Windows 10 em sua configuração padrão, que está sendo utilizado por um usuário para visualizar o conteúdo do disco rígido de seu computador:



Clicando com o mouse sobre as pastas que possuem um caractere especial precedendo seu nome, exatamente nas posições indicadas pelo sinal de interrogação (?), esse usuário percebeu que essas pastas, além de arquivos, também possuíam outras pastas internamente. Esse caractere especial é o

- (A) >.
- (B) +.
- (C) #.
- (D) @.
- (E) %.

### 2. VUNESP - ANA (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/CONTÁBIL/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Ao organizar pastas e arquivos em seu computador local por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, um usuário selecionou uma pasta dentro da pasta Downloads e pressionou a tecla Delete (Del), mantendo a tecla Shift pressionada simultaneamente.

Considerando que a operação de exclusão, após quaisquer confirmações necessárias, ocorreu com sucesso, e a pasta a ser excluída não estava vazia, usar a tecla Shift excluiu

- (A) apenas os arquivos dentro da pasta.
- (B) apenas a pasta, mantendo os arquivos internos na pasta Downloads.
- (C) apenas os arquivos internos não salvos no dia atual.
- (D) a pasta e os arquivos internos, sem enviar para a Lixeira.
- (E) a pasta e os arquivos internos, enviando-os para a Lixeira.

### 3. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com o Microsoft Windows 10, em sua configuração original, existe um arquivo Lista.txt, que contém 250 linhas de conteúdo, na pasta C:\TEMP e um atalho na Área de Trabalho para esse arquivo com o nome de Arquivo Principal. Ao clicar com o botão secundário do mouse sobre o atalho e selecionar a opção Abrir, o Windows

- (A) abrirá o Bloco de Notas em branco.
- (B) abrirá o Explorador de Arquivos na pasta C:\TEMP.
- (C) abrirá o Bloco de Notas com o arquivo C:\TEMP\Lista.txt.
- (D) exibirá um erro porque o nome do atalho é diferente do nome do arquivo ao qual ele se refere.
- (E) abrirá as propriedades do atalho.

4. VUNESP - ASOC (CAMPREV)/CAMPREV/2023  
Assunto: Informática - Windows 10

Tem-se o seguinte conteúdo da pasta C:\Temp\Controle em um computador com Microsoft Windows 10, sendo exibido no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão.

Nome	Data de modificação	Tipo
Apresentações	11/12/2022 14:17	Pasta de arquivos
Contrato	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Documentos	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Financeiro	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Tarefas.txt	22/01/2023 20:35	Documento de Te...

Considerando que a pasta Apresentações está vazia, um usuário executou as seguintes ações.

I. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Contrato e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

II. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Documentos e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

III. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Financeiro e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

IV. Clicou com o botão primário do mouse sobre o arquivo Tarefas.txt e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

Considerando que todas as ações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa com o resultado correto, sobre o conteúdo da pasta Apresentações.



# DIREITO PENAL

## DIREITO PENAL

### 1. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Penal - Petrechos de Falsificação (arts. 294 a 295 do CP)

A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294, do Código Penal, é correto dizer que

- (A) É crime próprio de funcionário público.
- (B) Admite a modalidade culposa.
- (C) É crime material.
- (D) É instantâneo.
- (E) É tipo misto alternativo.

### 2. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Falsificação do Selo ou Sinal Público (art. 296 do CP)

Tendo em conta os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) O crime de moeda falsa, na figura de quem restitui à circulação moeda que sabe ser falsa, admite a modalidade culposa.
- (B) O crime de utilizar indevidamente selo ou sinal verdadeiro é crime material, pois exige a ocorrência de prejuízo ou vantagem para se caracterizar.
- (C) O agente que falsifica selo ou sinal público e o usa, por expressa determinação legal, incide em dois crimes, em concurso formal.
- (D) O crime de falsidade ideológica é crime de dolo genérico, não exigindo qualquer elemento subjetivo específico.
- (E) O crime de falso reconhecimento de firma; de certidão ou atestado ideologicamente falso ou de atestado falso são próprios de médicos, funcionários públicos.

### 3. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Com relação aos Crimes contra a Fé Pública, previstos no Capítulo II e III, do Título X, do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos crimes de falsificação de documento público e falsificação de documento particular, a falsidade recai sobre a própria autenticidade do documento; no crime de falsidade ideológica, a falsidade recai sobre o conteúdo do documento.
- (B) Os crimes de falsificação de papéis público, petrechos de falsificação e falsificação de selo ou sinal público são próprios de funcionários públicos, praticados no exercício do cargo.
- (C) O crime de falsidade de atestado médico é um crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não sendo necessário ser médico.
- (D) Se o sujeito, além de falsificar o documento, também o utiliza, incorrerá nas penas do crime de falsificação e do crime de uso.
- (E) O crime de falso reconhecimento de firma ou letra somente se caracteriza em documento público.

### 4. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Com relação à punição para o falsificador de documentos, é correto afirmar:

- (A) é mais severa a pena para a falsificação de documentos públicos por se tratar de ato atentatório à fé pública e potencialmente mais danoso.
- (B) independentemente da natureza dos documentos, a violação da verdade terá punição equitativa em decorrência da quebra de segurança das relações dos cidadãos.
- (C) independentemente de se tratar de falsidade grosseira, há potencialidade lesiva e, portanto, é igualmente punível.
- (D) é punido mais severamente o falsificador de documento formal e substancialmente público do que o falsificador de documento formalmente público e substancialmente privado.

## 5. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Para fins de punição penal, a falsificação do cartão de crédito e a falsificação de testamento particular

- (A) são tratadas igualmente, sendo ambos os objetos materiais considerados documento público.
- (B) são tratadas igualmente, sendo ambos os objetos materiais considerados documento particular.
- (C) são tratadas diferentemente, pois o primeiro objeto é considerado documento particular e, o segundo, documento público.
- (D) são tratadas diferentemente, pois o primeiro objeto é considerado documento público e, o segundo, documento particular.
- (E) são tratadas diferentemente, pois falsificar o primeiro objeto material sequer constitui crime.

## 6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, as ações de sociedade comercial e o testamento particular configura o crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsidade material de atestado ou certidão.
- (E) falsificação do selo ou sinal público.

## 7. VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Particular (art. 298 do CP)

Para fins penais, a falsificação de cartão de crédito ou de débito

- (A) é punida com a pena do crime de falsidade ideológica.
- (B) é punida com a pena do crime de falsidade de documento público.
- (C) é punida com a pena do crime de falsidade de documento particular.
- (D) é punida com a pena do crime de petrechos de falsificação.
- (E) não tem expressa previsão legal e será punida, apenas, se houver efetivo prejuízo para a vítima.

## 8. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Uso de Documento Falso (art. 304 do CP)

Com relação aos crimes contra a fé pública, é correto afirmar que

- (A) a falsificação grosseira, que descaracteriza o crime de falso, é aquela reconhecível ictu oculi, percebida por toda e qualquer pessoa que manuseie o documento.
- (B) o uso do documento falso, pelo próprio falsificador, implicará a sua responsabilização pelo crime de uso de documento falso e o de falsificação de documento, em concurso material.
- (C) a falsidade material trata de alteração no conteúdo do documento, mantendo-se sua forma.
- (D) o crime de falsidade ideológica, em documento público, admite a modalidade culposa.
- (E) nos crimes de falsidade ideológica, é imprescindível a realização de perícia no documento, não se admitindo outros meios de prova.

## 9. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Penal - Uso de Documento Falso (art. 304 do CP)

Mévio, aprovado em processo seletivo para trabalhar como operador de trator, a fim de cumprir exigência da empresa contratante, apresenta atestado médico, por ele adquirido, em que consta a falsa informação de não uso de medicação controlada, de uso contínuo. A respeito da conduta de Mévio, é correto dizer que, em tese, caracteriza o crime de

- (A) certidão ou atestado ideologicamente falso.
- (B) falsidade material de atestado ou certidão.
- (C) uso de documento falso.
- (D) falsidade de atestado médico.
- (E) falsidade ideológica.

## DIREITO PENAL MILITAR

### DIREITO PENAL MILITAR

#### 1. FCC - CONS TEC (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/JURÍDICO/2019

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Configura o crime de falsificação de documento público o ato de

- (A) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.
- (B) alterar documento público verdadeiro.
- (C) destruir, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público verdadeiro, de que não podia dispor.
- (D) omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- (E) dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso.

#### 2. FCC - CON TEC LEG (CL DF)/CL DF/INSPETOR DE POLÍCIA LEGISLATIVA/2018

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Acerca dos crimes contra a fé pública, o Código Penal dispõe:

- (A) Comete o crime de falsificação de documento particular aquele que falsifica bilhete ou passe de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município.
- (B) Equipara-se a documento público, para fins de falsificação, o cartão de crédito ou débito.
- (C) Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- (D) No crime de falsidade material de atestado ou certidão é aplicável a pena de multa ainda que o crime não tenha sido praticado com o fim de lucro.
- (E) Pratica o crime de falsidade ideológica aquele que falsifica, no todo ou em parte, documento particular verdadeiro.

#### 3. FCC - ANA FOM (AFAP)/AFAP/ADVOGADO/2019 Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Particular (art. 298 do CP)

Nos crimes contra a Fé Pública,

- (A) se o médico fornecer atestado falso, no exercício de sua profissão, é crime apenado com reclusão; se o crime tiver intuito de lucro, considerar-se-á estelionato.
- (B) o recebimento de moeda falsa ou alterada, de boa ou má-fé, restituindo-a em circulação, conhecendo ou devendo conhecer a falsidade, é crime punido com reclusão e multa.
- (C) a falsificação, no todo ou parcialmente, de documento público, ou a alteração de documento público ou particular verdadeiro, se o agente for funcionário público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo, é causa de aumento de pena de um a dois terços.
- (D) não configura crime, nem mesmo em tese, não autorizando nem sequer investigação criminal, a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado.
- (E) para fins de tipificação do crime de falsificação de documento particular, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

#### 4. FCC - DP AM/DPE AM/2018

Assunto: Direito Penal - Uso de Documento Falso (art. 304 do CP)

Comete o crime de

- (A) falsa identidade aquele que faz uso de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) falsa para conduzir veículo automotor.
- (B) falso testemunho aquele que imputa a outrem falsamente fato definido como crime.
- (C) uso de documento falso aquele que faz uso de documento particular falso.
- (D) falsidade de atestado médico aquele que produz atestado falso se passando pela condição de médico.
- (E) falsificação de documento público aquele que insere em documento público declaração falsa com o fim de prejudicar direito de terceiro.

## 5. FCC - PJ (MPE MT)/MPE MT/2019

Assunto: Direito Penal - Falsa Identidade (arts. 307 a 308 do CP)

De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos crimes contra a fé pública,

(A) não comete o delito de falsa identidade (art. 307) do Código Penal aquele que, conduzido perante a autoridade policial, atribui a si falsa identidade com o intuito de ocultar seus antecedentes, tendo em vista o princípio da autodefesa.

(B) assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrendimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.

(C) a conduta do agente que altera, em parte, testamento particular, é tipificada como falsificação de documento particular.

(D) tanto o charlatanismo (art. 283), quanto o curandeirismo (art. 284), são classificados no Código Penal como crimes contra a fé pública.

(E) fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer papel público constitui contravenção penal.

## 6. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Considere os seguintes tipos penais, relativos aos crimes contra a administração:

1. Prevaricação a. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

2. Peculato b. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

3. Concussão c. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

4. Corrupção Passiva d. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

A correta correlação entre os tipos penais e os crimes é:

(A) 1-a - 2-d - 3-b - 4-c.

(B) 1-d - 2-b - 3-a - 4-c.

(C) 1-d - 2-a - 3-b - 4-c.

(D) 1-b - 2-d - 3-a - 4-c.

(E) 1-d - 2-b - 3-c - 4-a.

## 7. FCC - Sold (PM)/PM AP/Combatente/2022

Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Jonas, policial em patrulhamento em determinada cidade, decide, no meio do seu expediente de trabalho, estacionar a viatura que conduzia, em via pública, para tomar café em uma padaria, deixando as chaves na ignição do veículo. Um indivíduo não identificado, aproveitando-se da situação, ingressa no interior da viatura e a subtrai do local.

Nesse caso, Jonas poderá ser responsabilizado por peculato

(A) culposo.

(B) furto.

(C) apropriação.

(D) mediante erro de outrem.

(E) desvio.

## 8. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/AGENTE DA POLICIA JUDICIAL/2022

Assunto: Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Abigail, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho, resolveu subtrair para si duas impressoras instaladas em seu local de trabalho, patrimônio do tribunal. Para tanto, convenceu seu namorado, Pablo, desempregado, a acompanhá-la na cena do crime. Após o término do expediente, valendo-se da facilidade que seu cargo lhe proporcionava, Abigail se identificou na portaria do tribunal informando que precisava buscar alguns pertences pessoais que havia esquecido na repartição onde trabalha, tendo o seu acesso sido autorizado pelos funcionários da segurança. Dando continuidade ao seu intento criminoso, Abigail, conhecedora das instalações do local e da estrutura do prédio, subtraiu as referidas impressoras e as entregou pela janela para Pablo que aguardava do lado de fora do prédio. Na sequência, ele colocou as impressoras no interior de seu veículo, evadindo-se do local. Abigail, logo em seguida, consegue sair do tribunal sem despertar qualquer suspeita. Ocorre, contudo, que o crime é descoberto, após a checagem de rotina das câmeras de segurança instaladas

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Questões Mescladas sobre a Prova (arts. 155 a 250 do CPP)

A respeito das provas, tendo em conta o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para ter validade, a confissão do acusado deverá ser total, isto é, indivisível, podendo, no entanto, ser retratada, mesmo após sentença condenatória.
- (B) O ofendido que, uma vez intimado, deixar de comparecer, ainda que sem justo motivo, não poderá ser conduzido coercitivamente perante a Autoridade.
- (C) O Juiz poderá determinar o segredo de justiça em relação a dados, depoimentos e outras informações a respeito do ofendido, para evitar sua exposição aos meios de comunicação.
- (D) O cônjuge, já separado judicialmente do acusado, prestará compromisso de dizer a verdade, se figurar como testemunha.
- (E) Não se admitirá figurar como testemunha pessoa que desconhece a língua nacional.

### 2. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Questões Mescladas sobre a Prova (arts. 155 a 250 do CPP)

Sobre as provas, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O depoimento de testemunha prestado em processo diverso, sob pena de nulidade, não pode ser utilizado como prova, ainda que tenha sido produzido em processo em que figurem as mesmas partes.
- (B) O Código de Processo Penal brasileiro adota o sistema da prova legal, ou prova tarifada, já que determinadas provas são de valor absoluto, não podendo ser desconsideradas pelo magistrado.
- (C) A prova testemunhal suprirá a ausência do exame de corpo e delito nos crimes que deixam vestígios quando, ao tempo do fato, era impossível a realização de perícia.

(D) O exame complementar para fins de classificação da lesão grave deverá ser feito tão logo decorra o prazo de 30 dias, não podendo ser suprido por prova testemunhal.

(E) O acusado, ao ser interrogado, possui a garantia ao silêncio, mas é obrigado a comparecer ao ato, inclusive sob pena de condução coercitiva.

### 3. VUNESP - JE TJAC/TJ AC/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Questões Mescladas sobre a Prova (arts. 155 a 250 do CPP)

Assinale a alternativa correta a respeito de procedimento e provas no Código de Processo Penal.

- (A) Dá-se à fotografia do documento, ainda que não autenticada, o mesmo valor do original.
- (B) O procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (C) A oitiva de testemunha referida somente será deferida se ao juiz parecer conveniente.
- (D) O juiz não pode determinar a publicação de sentença condenatória de forma resumida por referida prática caracterizar cerceamento de defesa.

### 4. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

Tendo em conta as regras de impedimento e suspensão, previstas nos artigos 252 a 258, do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O promotor de justiça não poderá atuar em processos em que tenha figurado como advogado de qualquer das partes, podendo, no entanto, atuar naqueles em que figurou como testemunha ou informante.
- (B) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, estíver respondendo a processo análogo.

(C) O juiz não poderá atuar em processo em que ele próprio tenha figurado como advogado de qualquer das partes, não se aplicando o impedimento, no entanto, se a atuação como advogado é de parentes seus, por afinidade.

(D) As causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade não cessarão com a dissolução do casamento, se houver filhos menores, cessando, no entanto, se inexistir filhos ou, se existir, já tenham atingido a idade adulta.

(E) Não poderão figurar no mesmo processo, em júris coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau.

#### 5. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

O juiz se declarará impedido se

(A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(B) tiver aconselhado qualquer das partes.

(C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

(D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

#### 6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

(A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.

(B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.

(C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.

(D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.

(E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

#### 7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Do Acusado e seu Defensor (arts. 259 a 267 do CPP)

Tício, estudante de direito, é réu em ação penal, tendo sido assistido por defensor público, ao longo de toda a instrução. Absolvido pelo Juízo de Primeiro Grau, o Ministério Público recorreu. Tício, nessa ocasião, já era advogado, devidamente habilitado junto ao órgão de classe, tendo ele próprio apresentado as contrarrazões ao recurso do Ministério Público, para a manutenção da sentença absolutória. Diante da situação hipotética e nos termos dos artigos 261 a 267 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A) Ainda que Tício tenha sido assistido por defensor público, não há qualquer vedação legal para que ocorra a substituição por defensor particular, sendo ainda permitido que ele mesmo exerça a própria defesa, já que habilitado.

(B) Embora seja permitido ao acusado, se habilitado, exercer a própria defesa, tendo Tício sido assistido por defensor público ao longo do processo, é vedada a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(C) Ainda que advogado, devidamente habilitado, por expressa vedação legal, Tício não pode exercer a própria defesa.

(D) Tendo sido a defesa de Tício exercida por defensor público, ao longo do processo, por expressa disposição legal, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(E) Tício, ainda que advogado, não pode exercer a própria defesa; ademais, tendo sido defendido por defensor público ao longo do processo, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

### DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

#### 1. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2021

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que, nos crimes em que há violação do dever militar, se o agente invocar coação física irresistível, o magistrado, ao analisar o auto de prisão em flagrante,

(A) poderá conceder liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogar a concessão.

(B) deverá remeter os autos ao Conselho de Justiça, pois somente este pode avaliar os casos de concessão de liberdade provisória.

(C) não poderá conceder liberdade provisória, em razão da natureza (violação do dever militar), devendo, se houver, determinar o arquivamento de eventual pedido.

(D) após a análise do Ministério Público, poderá conceder liberdade provisória em razão do evidente erro de direito.

(E) deverá remeter os autos ao Tribunal, pois este é o competente para avaliar os casos de concessão de liberdade provisória.

#### 2. VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Em relação à menagem, é correto afirmar que

(A) a sua concessão deve observar como requisito objetivo, que o acusado não seja reincidente.

(B) haverá detração na pena do período, salvo se concedida em residência ou cidade.

(C) poderá ser concedida pela autoridade de polícia judiciária militar.

(D) a sua concessão deve observar como requisito subjetivo, que o crime seja apenado com pena privativa de liberdade de reclusão ou detenção.

(E) somente poderá ser aplicada ao militar, ativo ou inativo, sendo vedada a sua aplicação aos civis.

#### 3. VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, o instituto da liberdade provisória

(A) tem sua aplicação vedada em razão dos valores, hierarquia e disciplina, prestigiados pelo Direito Penal Militar.

(B) poderá ser aplicado ao crime militar de desrespeito a superior quando a infração for punida com pena de detenção não superior a dois anos.

(C) não poderá ser aplicado aos crimes culposos contra a segurança externa do país.

(D) poderá ser aplicado a todos os crimes culposos previstos no Código Penal Militar.

(E) poderá ser aplicado ao crime militar de publicação ou crítica indevida quando a infração for punida com pena de detenção não superior a dois anos.

#### 4. VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

No que concerne à prisão em flagrante delito, a Justiça Militar do Estado de São Paulo determina que

(A) se houve necessidade de diligências complementares, o Auto de Prisão em Flagrante Delito original deverá ser remetido diretamente ao Juiz de Direito da 5ª Auditoria Militar dentro de 10 (dez) dias.

(B) são competentes para a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito apenas o Comandante do policial e o Oficial de Dia.

(C) após a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito a autoridade de polícia judiciária militar deverá obrigatoriamente colher a homologação da autoridade hierarquicamente superior.

(D) o Auto de Prisão em Flagrante Delito deverá ser redigido em única assentada (documento único) e após a sua integral leitura, deverá ser assinado, em todas as folhas, pelo condutor, ofendido e testemunhas.

(E) o Auto de Prisão em Flagrante Delito subsidiará as informações a serem registradas no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), conjuntamente com aquelas obtidas a partir do relato do próprio autuado na audiência de custódia.

## 5. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2015

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, considera-se em flagrante delito quem

- (A) é perseguido até 72 horas logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor.
- (B) praticar infrações permanentes enquanto não cessar a permanência.
- (C) acaba de cometer o crime, até o prazo de 48 horas.
- (D) está cometendo o crime, até o prazo de 48 horas.
- (E) é encontrado, independentemente de prazo, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.

## 6. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2014

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Assinale a alternativa correta em relação à “Menagem”.

- (A) A menagem a militar não poderá efetuar-se no lugar em que residia o réu quando ocorreu o crime ou seja, sede do juízo que o estiver apurando, devendo ser indicado local diverso para cumprimento.
- (B) A menagem a civil será no lugar em que o réu residia quando ocorreu o crime, não considerando-se para tanto a sede do juízo ou o local da administração militar onde ocorreram os fatos.
- (C) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- (D) A menagem poderá ser concedida pelo comandante do militar acusado, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a dois anos, tendo-se, porém, em atenção a conduta disciplinar do acusado, exigindo-se que o militar esteja, no mínimo, no bom comportamento.
- (E) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a cinco anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

## 7. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2011

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Para a decretação da prisão preventiva, são necessários como requisitos e fundamentos, respectivamente:

- (A) Requisitos : indícios do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.
- (B) Requisitos: prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.
- (C) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.
- (D) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ter o indiciado residência fixa, haver fundada dúvida sobre sua identidade, necessário ao bom andamento das investigações.
- (E) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ser o indiciado primário, não possuir bons antecedentes, ter sido o indiciado condenado por crime doloso.

## 8. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Citação, da Intimação e da Notificação (arts. 277 a 293 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a citação far-se-á por oficial de justiça

- (A) mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
- (B) pelo correio, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### 1. VUNESP - AFTM (CAMPINAS)/PREF CAMPINAS/2019

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz (arts. 139 a 143)

Conforme lição de Aristóteles, a equidade é “uma mitigação da lei escrita por circunstâncias que ocorrem em relação às pessoas, às coisas, ao lugar ou tempos”. Sobre a equidade, considerando o direito positivado no Brasil, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a equidade deve ser utilizada, mesmo que resulte no afastamento de regra constitucional ou legal que discipline diretamente o caso a ser julgado.
- (B) a equidade é vedada no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista o princípio da legalidade.
- (C) a equidade não é prevista na legislação federal, mas pode ser aplicada pelo juiz.
- (D) julgamentos por equidade somente podem ser realizados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) o juiz somente decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

#### 2. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 144 a 148)

A empresa X, representada pelo escritório de advocacia Y, propôs ação de obrigação de fazer em face do Município de Vila Verde. A ação foi distribuída por sorteio para a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vila Verde que tem como escrivão Eduardo. O Município foi devidamente citado e na contestação apresentou a alegação de que, dez dias após a propositura da petição inicial, um primo distante de Eduardo foi contratado, como advogado, pelo escritório de advocacia Y, fazendo com que Eduardo seja impedido de exercer suas funções no processo. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a alegação apresentada em contestação está

- (A) incorreta, uma vez que não se trata de impedimento e sim de suspeição.
- (B) correta, desde que o primo de Eduardo intervenha diretamente no processo.

(C) incorreta, uma vez que não há qualquer tipo de impedimento na atuação de Eduardo como escrivão em um processo no qual seu primo seja advogado.

(D) incorreta, uma vez que os motivos de impedimento e suspeição se aplicam apenas aos Juízes, membros do Ministério Público e demais sujeitos imparciais do processo.

(E) incorreta, uma vez que o impedimento só se verificaria se o primo de Eduardo já integrasse o processo antes do início da atividade de Eduardo.

#### 3. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Processual Civil - Dos Impedimentos e da Suspeição (arts. 144 a 148)

Mariana estava voltando para casa com um carro dirigido por um motorista de aplicativo. No trajeto para casa, o carro capotou em uma curva e, como consequência, Mariana ficou internada por três semanas experimentando diversos gastos médicos. Buscando ressarcir seus gastos, Mariana propõe ação de indenização por danos materiais em face de Cleber, o motorista, alegando que ele foi imprudente e estava trafegando acima da velocidade permitida na via. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena, cujo Chefe de Secretaria era amigo íntimo de Cleber. No momento de produção de provas, o juiz nomeou perito para averiguar se Cleber estava trafegando ou não acima da velocidade permitida na via. Cleber nomeou assistente técnico para auxiliar na perícia. O assistente técnico, no entanto, era proprietário do imóvel que Mariana locava e autor da ação de despejo que estava em fase de recurso perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena.

Diante da situação hipotética, Mariana poderá alegar que, em relação do processo de indenização,

- (A) o chefe de Secretaria é impedido.
- (B) o assistente técnico é impedido.
- (C) tanto o chefe de Secretaria como o assistente técnico são suspeitos.
- (D) o chefe de Secretaria é suspeito.
- (E) o assistente técnico é suspeito.

4. VUNESP - PROC M (V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

A atividade jurisdicional deve ser revestida de publicidade por se tratar de exercício de poder público. Nesse panorama, os atos processuais devem ser públicos, todavia tramitam em segredo de justiça todos os processos

- (A) em que exista interesse difuso, envolvendo a demanda.
- (B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- (C) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à personalidade.
- (D) que tratem de arbitragem.
- (E) de inventário ou arrolamento.

5. VUNESP - PJI (CM SERTÃOZINHO)/CM SERTÃOZINHO/2019

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Sobre o instituto denominado como calendário processual, assinale a alternativa correta.

- (A) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da homologação do juiz.
- (B) O calendário vincula as partes e não o juiz.
- (C) É indispensável a intimação das partes para a realização de audiência cuja data tiver sido designada no calendário.
- (D) O juiz fixará calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da concordância das partes.
- (E) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

6. VUNESP - ADV (PREF ARUJÁ)/PREF ARUJÁ/2019

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Quanto aos atos e fatos processuais, pode-se afirmar que

- (A) os pronunciamentos do juiz consistem em sentenças, despachos, decisões interlocutórias e atos ordinatórios.
- (B) após o advento do processo eletrônico, é defeso utilizar taquigrafia ou estenotipia para o registro de atos processuais.

(C) os atos processuais serão realizados em dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

(D) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 20 (vinte) horas do último dia do prazo.

(E) independentemente de autorização judicial, as pênhoras poderão ser realizadas em período de férias forenses.

7. VUNESP - ESP GOV (BAURU)/PREF BAURU/PROCURADOR JURÍDICO/2018

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

O ato processual pode assim ser definido como toda manifestação de vontade praticada no processo, seja lá por qual participante da relação jurídica processual (autor, réu, juiz, perito, escrevente etc.), necessariamente previsto ou permitido pelo procedimento, sob o qual corre determinada ação. O Código de Processo Civil de 2015 regulamenta a prática eletrônica dos atos processuais, nos seguintes termos:

- (A) as unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.
- (B) os atos processuais não podem ser realizados de forma parcialmente digital.
- (C) o registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos ou fechados, que atenderão aos requisitos de autenticidade, observada a infraestrutura de chaves públicas, estadual ou regional.
- (D) compete aos tribunais, de forma primária, regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.
- (E) as unidades do Poder Judiciário assegurarão aos idosos acessibilidade à comunicação eletrônica dos atos processuais.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA OU ANÁLISE DE SISTEMA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Habeas Corpus

Medusa, que é cidadã estrangeira e está morando no Brasil para estudos de pós-graduação, está se sentindo coagida em sua liberdade de locomoção, por abuso de poder. Nessa hipótese, é correto afirmar que Medusa

- (A) terá direito a impetrar mandado de segurança para cessar a coação, mesmo sendo estrangeira.
- (B) não poderá obter o habeas corpus por ser cidadã estrangeira, devendo buscar auxílio jurídico na Embaixada de seu país.
- (C) terá direito a obter liminar por meio de habeas data se for cidadã de país que possua convênio com o Estado brasileiro.
- (D) poderá buscar um remédio constitucional, mesmo sendo estrangeira, desde que a ameaça de coação venha, de fato, a se concretizar por meio de violência física.
- (E) poderá obter a concessão de habeas corpus, mesmo sendo estrangeira e a ameaça de coação ainda não tenha se concretizado.

### 2. VUNESP - PJ (CM POTIM)/CM POTIM/2021

Assunto: Direito Constitucional - Mandado de Segurança

Considere que José impetrou um Mandado de Segurança com o fim de proteger direito líquido e certo, mas agora deseja desistir do writ constitucional. Considerando a situação hipotética e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que José

- (A) somente poderá desistir do Mandado de Segurança se apresentar tal pedido antes da prolação da sentença.
- (B) somente poderá desistir do Mandado de Segurança após sentença de mérito, se o pronunciamento judicial tiver sido favorável ao impetrante.

(C) poderá desistir do Mandado de Segurança a qualquer tempo, desde que previamente pague os honorários de sucumbência da outra parte.

(D) somente poderá desistir do Mandado de Segurança, independentemente da concordância da autoridade coatora, se fizer tal pedido antes da apresentação das informações por parte da ré.

(E) poderá desistir do Mandado de Segurança, independentemente da aquiescência da autoridade coatora, a qualquer momento antes do término do julgamento.

### 3. VUNESP - APREV (PERUÍBEPREV)/PERUÍBEPREV/FINANCEIRA E INVESTIMENTOS/2022

Assunto: Direito Constitucional - Mandado de Injunção

Segundo a Constituição Federal, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á

- (A) o mandado de segurança.
- (B) o habeas data.
- (C) a ação civil pública.
- (D) o habeas corpus.
- (E) o mandado de injunção.

### 4. VUNESP - AUX NEC (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Constitucional - Habeas Data

Considere que Maria tem 18 (dezoito) anos, possui título de eleitor e já se passaram 30 (trinta) dias desde que ela requereu administrativamente informações relativas à sua pessoa, constantes de bancos de dados de entidades governamentais. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Maria

- (A) deve esperar pelo menos por 120 (cento e vinte) dias para poder impetrar o mandado de segurança cabível.
- (B) não pode se utilizar do habeas data, já que a informação que ela deseja não está em registros ou bancos de dados de caráter público.
- (C) deve impetrar mandado de segurança, desde que junte cópia do título de eleitor com a petição inicial.

(D) não poderá impetrar mandado de segurança nem habeas data, pois ainda não decorreu o prazo de 90 (noventa) dias que a administração tem para responder.

(E) poderá impetrar habeas data, que tem gratuidade garantida expressamente pela Constituição Federal.

5. VUNESP - GCM (F VASCONCELOS)/PREF F VASCONCELOS/2020

Assunto: Direito Constitucional - Habeas Data

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, conceder-se-á

(A) Habeas data.

(B) Mandado de injunção.

(C) Habeas corpus preventivo.

(D) Mandado de retificação.

(E) Mandado de segurança.

6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Constitucional - Ação Popular

Nos termos da Constituição Federal, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise

(A) edição de norma regulamentadora, cuja falta torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(B) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(C) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo administrativo, sigiloso ou não.

(D) proteção de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

(E) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

7. VUNESP - O.S (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 7º: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”: XXL – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de:

(A) 15 dias.

(B) 20 dias.

(C) 30 dias.

(D) 40 dias.

(E) 60 dias.

8. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/FÍSICA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Quanto ao trabalho do menor de dezoito anos, a Constituição Federal estabelece:

(A) terá direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

(B) é garantida a irredutibilidade do seu salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(C) não poderá ter a duração do seu trabalho normal superior a quarenta horas semanais.

(D) poderá trabalhar na condição de aprendiz, apenas a partir dos dezesseis anos de idade, até atingir a maioridade civil.

(E) a lei deverá garantir o percebimento, em seu grau máximo, dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

9. VUNESP - ABPREV (VALIPREV)/VALIPREV/2020

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

(A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

(C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.

# CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### 1. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Fundamentos do Estado (arts. 1º a 4º da CE-SP)

Consta da Constituição do Estado de São Paulo que (A) é vedada a publicidade de qualquer natureza, fora do território do Estado, para fins de propaganda do turismo estadual.

(B) o direito à livre associação sindical é garantia do servidor público civil.

(C) a administração é obrigada a fornecer a qualquer cidadão, no prazo máximo de 5 dias, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres.

(D) a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos far-se-á em índices distintos entre civis e militares.

(E) é obrigatória a declaração pública de bens antes da posse e depois do desligamento, dos servidores públicos civis e militares.

### 2. VUNESP - PROC (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

Na hipótese de a Assembleia Legislativa pretender aprovar uma espécie normativa que trata (i) sobre Normas Técnicas de Elaboração Legislativa e outra (ii) que institui regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e micror-regiões, deverá fazê-lo por meio de

(A) lei ordinária para ambas as matérias.

(B) lei complementar para ambas as matérias.

(C) lei complementar para a primeira matéria e lei ordinária para a segunda.

(D) lei complementar para a primeira matéria e emenda constitucional para a segunda.

(E) lei ordinária para a primeira matéria e lei complementar para a segunda.

### 3. VUNESP - DG (CM POTIM)/CM POTIM/2021

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

Segundo dispõe a Constituição do Estado de São Paulo, a concessão de uso de bens imóveis de propriedade do Estado

(A) para particulares, depende de autorização legislativa.

(B) para Municípios, depende de autorização legislativa.

(C) dispensa autorização legislativa, se o bem público for utilizado para atendimento de sua destinação específica e a área concedida inferior a 10 000 m<sup>2</sup>.

(D) dispensa autorização legislativa, se autorizada por decreto do Governador do Estado, desde que a área concedida seja inferior a 10 000 m<sup>2</sup>.

(E) depende de autorização legislativa, desde que a área concedida tenha extensão superior a 10 000 m<sup>2</sup>.

### 4. VUNESP - DIR (CM 2 CÓRREGOS)/CM 2 CÓRREGOS/CONTÁBIL LEGISLATIVO/2018

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

Considerando o disposto na Constituição do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta a respeito da inviolabilidade dos Deputados Estaduais.

(A) Os Deputados são invioláveis por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, exceto no âmbito penal.

(B) Os Deputados, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.

(C) Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

(D) Desde a eleição, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

(E) As imunidades dos Deputados não subsistirão durante o Estado de Sítio ou em caso de decretação de calamidade pública.

5. VUNESP - PROC (PGE SP)/PGE SP/2018

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

Segundo a Constituição do Estado de São Paulo, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, sobre o qual é correto afirmar:

(A) são legitimados para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face da Constituição do Estado de São Paulo ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse.

(B) não há de se falar em forma integrada de sistema de controle interno, conceito inconstitucional, por ferir o princípio da separação dos Poderes e a competência do Tribunal de Contas do Estado.

(C) deverão avaliar as metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual por meio de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas.

(D) ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

(E) podem convocar a qualquer momento o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor Público-Geral para prestar informações a respeito de assuntos previamente fixados, relacionados com a respectiva área.

6. VUNESP - PROC (FAPESP)/FAPESP/2018

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

No tocante à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios do artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência

(A) ao Ministério Público, para as providências civis, criminais e administrativas.

(B) ao Ministério Público, sob pena de serem responsabilizados criminalmente pela omissão.

(C) ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

(D) ao Presidente da Assembleia Legislativa, que remeterá a denúncia à Procuradoria do Tribunal de Contas.

(E) à Procuradoria do Estado, sob pena de responsabilidade funcional, se servidor público, ou civil, se particular sem vínculo com o Estado.

7. VUNESP - DG (CM POTIM)/CM POTIM/2021

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Executivo (arts. 37 a 53 da CE-SP)

Suponha a seguinte situação hipotética: o Governador e o Vice-Governador faleceram juntos num acidente automobilístico, no último ano do período governamental.

De acordo com as regras constantes da Constituição do Estado de São Paulo, pode-se corretamente afirmar que

(A) deverá ser realizada nova eleição, para escolha de novo Governador e Vice-Governador para um mandato de 4 (quatro) anos.

(B) deverá ser realizada nova eleição, para escolha de novo Governador e Vice-Governador para completar o período de governo restante.

(C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça, para completar o período de governo restante.

(D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça, para um mandato de 4 (quatro) anos.

(E) será convocada eleição indireta, pela Assembleia Legislativa, para escolha de novo Governador e Vice-Governador, para completar o período de governo restante.

8. VUNESP - OF ADM (SEDUC SP)/SEDUC SP/2019

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Executivo (arts. 37 a 53 da CE-SP)

Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança

(A) o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

(B) o Secretário-Chefe da Casa Militar e o Presidente da Assembleia Legislativa.

(C) o Procurador-Geral do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. VUNESP - AI (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Assinale a alternativa que apresenta todas as espécies de provimento nos cargos públicos, de acordo com a Lei Estadual nº 10.261/1968.

- (A) Nomeação; reintegração; reversão; e reaproveitamento.
- (B) Concurso; homologação; posse; e entrada em exercício.
- (C) Concurso; reintegração; remoção; reversão; e readaptação.
- (D) Nomeação; transferência; reintegração; acesso; reversão; aproveitamento; e readmissão.
- (E) Posse; nomeação; transferência; acesso; e aproveitamento.

### 2. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

De acordo com a Lei nº 10.621/68 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo), assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor preso em flagrante, preventiva ou temporariamente, ou pronunciado será considerado afastado do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado.
- (B) As reposições devidas pelo funcionário e as indenizações por prejuízos que causar à Fazenda Pública Estadual serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a 25% do vencimento ou da remuneração.
- (C) Considera-se como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de faltas abonadas, observados os limites previstos em lei.

(D) A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento do cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado.

(E) A reintegração é o reingresso no serviço público, decorrente da decisão judicial passada em julgado, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, inclusive com o pagamento das verbas de natureza indenizatória.

### 3. VUNESP - PROC (ALESP)/ALESP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Provimento, Exercício e Vacância dos Cargos Públicos (arts. 11 a 86 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que, por necessidade do serviço, um agente público prestou serviço de forma extraordinária pelo período de uma semana. Com base no Estatuto dos Servidores do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) a gratificação pela prestação de serviço extraordinário será paga em valor fixo e por dia de trabalho prorrogado.
- (B) o período de trabalho também poderia ser prorrogado por decisão do servidor público, sempre que a medida atender de forma indireta o interesse público.
- (C) o servidor fará jus ao recebimento de gratificação por serviço extraordinário, pois o Estatuto não prevê a possibilidade de instituição do sistema de compensação de horas.
- (D) caso tenha sido instituído sistema de compensação de horas, não será necessário o pagamento de horas extraordinárias.
- (E) a prestação de serviço extraordinário deverá contar com a concordância do servidor e não poderá exceder 4 (quatro) horas diárias de trabalho.

4. VUNESP - ANA LEG (ALESP)/ALESP/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Da Aposentadoria (arts. 222 a 232 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que Joana tem 62 (sessenta e dois) anos e é servidora pública do Estado de São Paulo há quarenta anos. Faz quatro meses que ela apresentou na repartição competente pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito. Com base na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) Joana poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade, pois já se passaram noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária.
- (B) como a repartição pública tem até 180 (cento e oitenta) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária, Joana deverá continuar trabalhando até tal prazo ter decorrido, sob pena de receber punições administrativas.
- (C) como já se passaram mais de 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do requerimento da aposentadoria voluntária, Joana deverá enviar uma carta com aviso de recebimento para a repartição, informando que em até 30 (trinta) dias cessará o exercício da função pública.
- (D) Joana deverá comunicar formalmente ao setor responsável que já se passaram mais de 30 (trinta) dias da apresentação do seu requerimento de aposentadoria voluntária e, se mantida a inércia por mais 15 (quinze) dias, poderá cessar o exercício da função pública.
- (E) a repartição pública tem até 120 (cento e vinte) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária formulado por Joana.

5. VUNESP - PSIJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual no 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

(C) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.

(D) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.

(E) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.

6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Das Penalidades e de sua Aplicação (arts. 251 a 263 da Lei nº 10.261/1968)

A respeito das penas disciplinares, de acordo com a Lei no 10.261/68, é correto afirmar que

- (A) o inativo, por não possuir vínculo estatutário, não está sujeito a penas disciplinares.
- (B) a pena de repreensão poderá ser aplicada oralmente, nos casos de indisciplina ou falta no cumprimento dos deveres do servidor público.
- (C) a pena de suspensão não excederá o prazo de 120 (cento e vinte) dias.
- (D) o funcionário suspenso perderá metade de suas vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- (E) será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que praticar insubordinação grave.

7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Das Penalidades e de sua Aplicação (arts. 251 a 263 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que Mário é oficial administrativo e trabalha no atendimento ao público. Certo dia, após uma longa discussão com João, seu antigo desafeto, Mário o agride fisicamente no local de trabalho e durante o horário de expediente.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 10.261/68, é correto afirmar que Mário

- (A) estará sujeito à pena de repreensão ou multa, caso o ato tenha provocado lesões de natureza leve.
- (B) estará sujeito à pena de demissão e a prescrição da pretensão punitiva da Administração se contará a partir do momento em que o ato for descoberto pelo seu superior hierárquico.
- (C) deverá ser demitido a bem do serviço público, salvo se tiver praticado o ato em legítima defesa.
- (D) deverá ser suspenso e a penalidade será aplicada pelo seu superior hierárquico imediato.
- (E) somente será demitido por se tratar de ofensa física, já que a prática de ofensas morais importa a aplicação da pena de suspensão.

# REDAÇÃO OFICIAL

## REDAÇÃO OFICIAL

### 1. VUNESP - AGP (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concorrência (Pronomes de Tratamento)

Um funcionário de uma repartição pública encaminhou um ofício ao prefeito de uma cidade vizinha. Equivocou-se, no corpo do texto, ao dirigir-se à autoridade usando o pronome de tratamento “Vossa Senhoria”, sendo que a forma correta seria:

- (A) Sua Excelência.
- (B) Vossa Magnificência.
- (C) Sua Senhoria.
- (D) Vossa Excelência.
- (E) Sua Magnificência.

### 2. VUNESP - ASS ADM (JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/ÁREA DA SAÚDE/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concorrência (Pronomes de Tratamento)

Considere o *Manual de Redação da Presidência da República – 3ª edição, revista, atualizada e ampliada* para responder às questões.

Em um texto oficial dirigido a um Deputado Federal, o endereçamento, o vocativo e o tratamento no corpo do texto devem ser:

- (A) Ilustríssimo Deputado; Prezado Senhor; Vossa Excelência.
- (B) Ao Senhor Deputado; Excelentíssimo Deputado; Senhor.
- (C) A Sua Senhoria; Ilustríssimo Senhor Deputado; Sua Excelência.
- (D) A Sua Excelência o Senhor; Senhor Deputado; Vossa Excelência.
- (E) Vossa Excelência; Excelentíssimo Deputado; Sua Senhoria.

### 3. VUNESP - ASS ADM (JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/ÁREA DA SAÚDE/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concorrência (Pronomes de Tratamento)

Considere o *Manual de Redação da Presidência da República – 3ª edição, revista, atualizada e ampliada* para responder às questões.

Assinale a alternativa em que, no corpo de um documento oficial, o emprego do pronome de tratamento e as concordâncias verbal e pronominal estão corretos.

- (A) Solicito que Vossa Senhoria vos comuniqueis com os interessados pela causa.
- (B) Vossa Senhoria indicará seu substituto durante suas licenças não remuneradas.
- (C) Comunico que Vossa Excelência, a Senhora Vereadora desta Casa, não estará presente à reunião por estar atarefado.
- (D) Informo a todos que Vossa Excelência, o Deputado Estadual, estais empenhado na aquisição de recursos financeiros para a área da Saúde.
- (E) Vossa Excelência tereis todo o tempo que precisar para tratar de seus compromissos junto à Secretaria.

4. VUNESP - ATCE (TCM SP)/TCM SP/SUPOORTE ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-  
dância (Pronomes de Tratamento)

O presidente de uma determinada autarquia está pro-  
duzindo uma correspondência que deverá se enviada a al-  
gumas autoridades: ao Vice-Presidente da República, ao  
Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente do Su-  
premo Tribunal Federal e a um Senador.

Como ele deve utilizar o vocativo, ou seja, como di-  
rigir-se aos destinatários, respectivamente, no início do  
documento?

- (A) Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Repú-  
blica; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso  
Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supre-  
mo Tribunal Federal; Excelentíssimo Senhor Senador.
- (B) Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Repú-  
blica; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso  
Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supre-  
mo Tribunal Federal; Senhor Senador.
- (C) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentís-  
simo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Ex-  
celentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal  
Federal; Excelentíssimo Senhor Senador.
- (D) Senhor Vice-Presidente da República; Senhor Pre-  
sidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Se-  
nador.
- (E) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentís-  
simo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Ex-  
celentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal  
Federal; Senhor Senador.

5. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-  
dância (Pronomes de Tratamento)

Assinale a alternativa que preenche correta e respec-  
tivamente as lacunas do trecho abaixo, extraído de um  
ofício de uma Câmara Municipal dirigido a um defensor  
público.

“Convidamos \_\_\_\_\_ a comparecer em uma de nos-  
sas reuniões ordinárias a fim de prestar esclarecimentos  
com relação ao funcionamento da Defensoria Pública no  
Município. Para tanto, solicitamos- \_\_\_\_\_ a gentileza de  
agendar \_\_\_\_\_ presença como Gabinete da Presidên-  
cia”.

- (A) Vossa Excelência ... vos ... vossa
- (B) a Sua Excelência ... lhe ... vossa
- (C) Sua Excelência ... vos ... vossa
- (D) Vossa Excelência ... lhe ... sua
- (E) Sua Excelência ... lhe ... sua

6. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/  
ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-  
dância (Pronomes de Tratamento)

Dentre as formas de tratamento em correspondên-  
cias oficiais, Vossa Excelência e Sua Excelência são usados  
como a forma mais elevada de tratamento para Presiden-  
tes dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Deve-se observar que suas respectivas abreviaturas, V.  
Exa. e S. Exa.,

- (A) podem ser usadas na redação intermediária de do-  
cumentos a estes dirigidos, e nunca no cabeçalho das  
correspondências.
- (B) podem ser usadas ou não, facultando-se a que re-  
dige tal opção de redação em documentos oficiais e  
comerciais.
- (C) não podem ser usadas, como regra usual, para apli-  
cação de formas de tratamento dirigidas aos cargos ci-  
tados.
- (D) podem ser usadas em correspondências de alto  
escalão de governo, seja em municípios, distritos fede-  
rais, estados ou federação.
- (E) podem ser usadas, preferencialmente como V.Exa.,  
restringindo-se o uso de S.Exa quando forem de alto  
escalão de governos latino-americanos.

7. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/  
ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-  
dância (Pronomes de Tratamento)

As formas de tratamento Vossa Magnificência e Vossa  
Excelência Reverendíssima, são aplicados ao tratamento  
respectivo de

- (A) um Juiz Federal e um Representante Regional de  
Igreja.
- (B) um Desembargador e um Bispo.
- (C) um reitor e um arcebispo.
- (D) um juiz federal e um Monsenhor.
- (E) um reitor e um cardeal.